



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 2, Mai./Agos. 2016

A CONDIÇÃO DO INDIVÍDUO NA MODERNIDADE: uma leitura de Marx e Durkheim

Alan Rangel Barbosa¹

Resumo

O artigo propõe uma breve discussão acerca da concepção de indivíduo em Marx e Durkheim na sociedade moderna. Ambos concordavam que a transição para a modernidade trouxe problemas sociais, como o individualismo econômico. Porém, discordavam quanto à condição humana: Marx avaliava os trabalhadores, a classe dominada, como incompletos quanto à sua liberdade de agir no mundo, e expressar a sua individualidade, pois é condenado socialmente a subordinar-se a outros para sua sobrevivência; Durkheim, pelo contrário, vislumbrou os indivíduos na sociedade moderna como livres, desenvolvendo todas as suas capacidades latentes na construção e constituição da solidariedade social entre trabalhadores e patrões. Quanto à solução dos problemas econômicos há também divergências: o filósofo alemão propôs uma intervenção econômica e violenta dos trabalhadores no Estado, para implantar um novo tipo de sociedade; já o sociólogo francês sugeriu que a solução para a patologia moderna é de ordem moral, e apontou a criação das corporações de ofício para intervir no tecido social.

Palavras-chave: Sociologia Clássica. Indivíduo moderno. Marx. Durkheim.

THE CONDITION OF THE INDIVIDUAL IN MODERNITY: a reading of Marx and Durkheim

Abstract

The article proposes a brief discussion about the design of individual in Marx and Durkheim in modern society. Both agreed that the transition to modernity brought social problems, such as the economic individualism. However, disagreed about the human condition: Marx evaluated the workers, the class dominated, as incomplete as to its freedom of action in the world, and to express your individuality, because it is socially condemned to be subordinated to other for their survival. Durkheim, by contrast, saw the individuals in modern society as free, developing all their latent capacities in the construction and constitution of social solidarity between workers and employers. As to the solution of economic problems there are also differences: the German philosopher proposed an economic intervention and violent of workers in the State, to deploy a new type of society; since the french sociologist suggested that the solution to the modern

¹ Mestre e doutorando em Ciências pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista Capes.

pathology is of moral order, and pointed out the creation of office corporations to intervene in the social fabric.

Keywords: Classical Sociology. Modern Individual. Marx. Durkheim.

1 Introdução

Esse artigo tem como intuito criar um diálogo sobre o tema do trabalho na modernidade por dois autores clássicos das ciências sociais, a saber, Karl Marx e Émile Durkheim, tendo como subdivisão deste tema, a inserção do trabalhador na modernidade. Ambos observavam considerável aumento do processo de desenvolvimento e avanço tecnológico das sociedades ocidentais.

Os clássicos divergiram em alguns pontos no que diz respeito à condição do indivíduo na transição para a modernidade - um tipo particular de sociedade - cujo tempo e espaço se comprimem, tornando as relações sociais mais aceleradas e dinâmicas.

No decorrer da exposição será mostrado que em Durkheim o indivíduo é livre e dotado de suas capacidades e aptidões para fazer perpetuar a harmonia moral da sociedade, cooperando com outros homens², através da divisão do trabalho na modernidade.

O homem realiza seu potencial, antes reprimido nas sociedades mais simples, passando a desenvolver sua aptidão natural de exteriorizar sua individualidade, pois nas sociedades tidas mecânicas ele era visto como igual a seus pares sem desenvolver, contudo, algo significativo próprio, seu.

Marx, ao contrário, observou os trabalhadores da sociedade capitalista como atrofiados, limitados às suas capacidades totais humanas, haja vista a separação do trabalho espiritual e manual, e sua condição de não-reconhecimento da realização do produto da sua força de trabalho. Quer dizer, enquanto Durkheim generaliza a condição de liberdade e aptidão aos indivíduos na modernidade, Marx apontou que somente uma classe de pessoas possui alguma condição mais livre, a saber, a burguesia.

² Seres humanos em geral.
V.5, n. 2. p. 196-209, Mai./Agos. 2016.

O objetivo principal é perceber como estes célebres pensadores analisaram as condições em que os atores sociais se inseriram na modernidade, sobretudo na discussão teórico-metodológica do indivíduo.

O trabalho será dividido em quatro partes, contando com essa introdução. Na parte seguinte, o segundo, será analisado a concepção de indivíduo em Marx e Durkheim. A terceira parte será considerada as causas e soluções para os problemas modernos acerca dos problemas do indivíduo e individualismo moderno, nos dois autores. Na última parte, nas considerações finais, será ressaltada diferenças e semelhanças dos célebres pensadores.

2 Concepção de indivíduo em Marx e Durkheim

No ocidente, a forma econômica que deu suporte para as mais importantes formulações teóricas na sociedade moderna é o chamado modo capitalista de produção. Parafraseando Weber, a moderna sociedade capitalista ocidental tem uma particularidade que a diferencia de outros tipos de econômicos: sua racionalização – meios e fins - das técnicas, calculabilidade permanentes baseadas numa organização capitalística racional do trabalho livre por uma disciplina metodizada.

Marx observou a grande importância para a função do trabalho. Em um sentido filosófico ou ontológico,

[...]o trabalho é a capacidade que todo homem tem de transformar a natureza, de transformar a própria vida, de criar, pensar, refletir e produzir [...] é através dessa atividade produtiva essencialmente humana – o trabalho planejado e racionalmente pensado – que os homens se relacionam com a natureza, com outros homens e assim se diferenciam dos animais. (DRUCK, 2000, p.11- 12).

A citação a seguir mostra como o homem se distingue dos animais, Andery e outros (2007, p.404) reforça o conceito:

O homem deve, então, ser compreendido como espécie natural; no entanto, na sua atividade se distingue de outras espécies de animais, já que sua atividade é consciente e sua produção não é determinada unicamente por suas necessidades imediatas. Portanto, para Marx, embora a compreensão do homem deva ter como ponto de partida assumi-lo como espécie natural, não deve se limitar a isso; é preciso ir além e assumir suas particularidades para compreendê-lo; sua universalidade dada por sua capacidade consciente e, deliberadamente, como ser genérico transformar a natureza segundo as suas próprias necessidades de outras espécies não só segundo necessidades urgentes, mas também, segundo necessidades mediatas.

O trabalho é central para a condição humana. Porém, também é histórico, assumindo assim diferentes formas: livre, escravo, servil e o assalariado. Nesse último, a sua essência está no fato de que existe uma apropriação da força de trabalho pela divisão entre intelectual – os que decidem, executam – e o manual, aqueles que obedecem.

Para o filósofo alemão há uma diferença entre trabalho e força de trabalho na sociedade capitalista. A força de trabalho é a capacidade física e intelectual que os homens e mulheres têm para realizar seu trabalho, oferecido ao mercado em troca de salários. Trabalho é uma realização de determinada capacidade humana, ou a realização da força de trabalho. (DRUCK, 2000).

Na sociedade moderna capitalista há a injusta desigualdade na divisão social do trabalho, pois divide os que possuem a propriedade (os chamados capitalistas) e os que não possuem a propriedade (trabalhadores). Em um universo menor das relações de produção, ocorre a chamada divisão social do trabalho na produção, que “esfacela” o trabalhador. Esse não acompanha mais todo o produto realizado, não faz parte mais inteiramente do processo como no período anterior (período histórico anterior), portanto, tornou-se incompleto em sua natureza.

A divisão entre o pensar (espiritual e intelectual) e o esforço manual (físico) achatou o trabalhador. Na prática tornou-se esfacelado, parcial. É importante ressaltar que Marx deposita mais ênfase nessa mutilação do indivíduo no operariado, como se ver na citação abaixo,

O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital. (MARX, 2012, p. 416).

Ainda, essa nova condição social do trabalho,

Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial à custa de uma repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde de mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um parcial, tornando-se, assim, realidade a fabula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo. (MARX, 2012, p. 415).

Na contramão da visão marxiana sobre o esfacelamento radical do indivíduo na modernidade, o sociólogo francês, Émile Durkheim, suscitou que neste período histórico o homem especializado é funcionalmente necessário para a existência das sociedades modernas, pois, “o ideal do homem universal - que predominara até os séculos XVII e XVIII, é incompatível com a diversidade da ordem contemporânea”. (GIDDENS, 1994, p. 309).

Para o autor, a evolução da forma moderna de sociedade está relacionando também ao desenvolvimento do individualismo moral. Esse fenômeno estaria atrelado com o incremento da divisão do trabalho, originando a especialização que encontra-se cada vez mais acentuada nas funções profissionais, contribuindo para possibilitar o desenvolvimento dos talentos, capacidade e atitudes específicas que caracterizam grupos distintos no interior da sociedade. (GIDDENS, 1994).

Nas sociedades industriais, o trabalho é o componente moral que estabelece a coesão social, de tipo orgânico, no qual cada área específica é completada por outra, e depende dela. Reforçando que,

Mas, se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um ‘trocador’, como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos deveres que os ligam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas. (DURKHEIM, 1999, p.429).

Três são os fatores responsáveis pelo crescimento da sociedade moderna durante o processo de desenvolvimento: volume, densidade social e densidade moral. Esses conceitos são assim definidos:

Para que o volume, isto é, o aumento do número dos indivíduos, se torne uma causa da diferenciação, é preciso acrescentar a densidade material e o moral. A densidade material é o número dos indivíduos em relação a uma superfície dada do solo. A densidade moral é a intensidade das comunicações e trocas entre indivíduos. Quanto mais intenso o relacionamento entre os indivíduos, maior a densidade. A diferenciação social resulta da combinação dos fenômenos do volume e da densidade material e moral. (ARON, 1990, p.472).

A especialização das funções nas sociedades modernas não engendraria sérios problemas para os indivíduos e nem para o tecido social. Ao contrário, nesse estágio seria necessário a cooperação social no sentido de manter a solidariedade (já existente nas tradicionais, a mecânica). Cria-se um laço moral de manutenção da ordem social, através da divisão do trabalho social; social no sentido de ser para a sociedade, sua sobrevivência; é isso que daria o sentido vivo e

concreto para a existência das coletividades. A solidariedade é orgânica porque cada órgão (indivíduo) especializa-se e tem uma tarefa específica responsável pela manutenção do organismo, do todo (sociedade).

Na lógica durkheimiana, é no individualismo moderno que reinaria o princípio de justiça: o indivíduo não estaria preso ao lugar de nascimento ou por imperativos coletivos - como nas sociedades tradicionais - perseverando por direitos iguais. O princípio individualista de justiça seria uma pedra fundamental à estabilidade da ordem atual. (ARON, 1990).

De acordo como Lukes (1977), em Durkheim parece haver uma confusão na concepção de indivíduo,

Durkheim apresenta os “apetites sensuais” do indivíduo, “enraizados em nossos organismos”, como pessoas espontâneos, privados e egoístas – e nossas sensibilidades (...) nos inclinam para fins individuais, egoístas, irracionais e imorais (...) Contudo, Durkheim foi incapaz de sustentar coerentemente essa série de contrastes. Especialmente, ele dava grande importância à autonomia pessoal do homem moderno, que ele via como um traço central da moral contemporânea. Encarava essa autonomia como sendo ela mesma gerada socialmente, e correlativa do desenvolvimento da personalidade individual, da diferenciação social e da moral do individualismo ou o “culto da individualidade. Mas isso, dado seu extremo determinismo social, levou-o à posição de que os desejos e atividades pessoais, espontâneos, privados ou egoístas do indivíduo são gerados socialmente e não enraizados no organismo. (LUKES, 1977, p.33).

Lukes apontou, ainda, que em o *Suicídio*³, o francês mostraria que desejos desenfreados, egoístas, seriam naturalmente orgânicos, e noutra passagem esses apetites seriam produtos sociais ou culturais da sociedade moderna. Essa seria uma das questões contraditórias em Durkheim, entre o socialmente determinado e o biologicamente dado. No Prefácio à Segunda Edição *Da Divisão do Trabalho Social* (que será mostrado com mais detalhe ao analisar o conceito das corporações de ofício) ele indica que sem um órgão moral que crie solidariedade social, os indivíduos naturalmente estariam em estado de guerra de todos contra todos.

Retornando ao pensamento de Marx. Para o mesmo, o ideal de indivíduo completo na modernidade é falacioso. Este seria o argumento contrário: que as tendências que conduzirão a destruição do capitalismo contribuirão para a recuperação das propriedades ‘universais’ do homem, de que todos os indivíduos partilham. Esta seria a fórmula para restaurar o elo perdido: “a superação da propriedade privada, é por isso a emancipação total de todos os sentidos e

³ Obra de Émile Durkheim.
V.5, n. 2. p. 196-209, Mai./Agos. 2016.

qualidades humanas. Mas é precisamente esta emancipação, porque todos os sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva como subjetivamente”. (MARX, 1974, p. 11).

O filósofo, diferentemente de Durkheim, percebeu a dependência dos homens - a especialização da divisão social do trabalho na modernidade - como óbice para sua individualidade, como ser humano completo e capaz. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* nota-se a seguinte citação:

Um Ser só se considera autônomo, quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças ao outro, se considera a si mesmo um ser dependente. Vivo, no entanto, totalmente por graça de outro, quando lhe devo não só a manutenção de minha vida, como também o fato de que ele além disso criou minha vida, é a fonte de minha vida; e minha vida tem necessariamente o fundamento fora de si mesmo, quando não é minha própria criação. (MARX, 1974, p. 14).

No mesmo sentido, Gorz ressaltou este aspecto da divisão do trabalho em Marx:

A divisão do trabalho no capitalismo é a fonte de todas as alienações. “Estropia o trabalhador e faz dele uma espécie monstro”; favorece “ como numa estufa, o desenvolvimento de habilidades parciais suprimindo todo um mundo de instintos e capacidades”. Os conhecimentos, a inteligência e a vontade que o camponês ou o trabalhador ainda desenvolvem, ainda que em modesta escala, são tirados do operário e confiscados pelo capital, que os concentra nas suas máquinas, na sua organização do trabalho e na sua tecnologia... a cisão entre o trabalho manual e intelectual “ faz do operário um trabalhador estropiado e parcial”. (MARX apud GORZ, 1989, p.9).

E mais, “subdividir o homem é assassiná-lo [...] a subdivisão do trabalho é assassinato de um povo”. (MARX apud GORZ, 1989, p.9).

Em contraposição, Durkheim criticou a tese do homem total. A era do ‘homem universal’ acabara. Na Introdução em *Da Divisão do Trabalho Social*, afirma:

[...] Será nosso dever procurar tornar-mos um ser acabado e completo, um todo auto-suficiente, ou ao contrário, não ser mais que uma parte de um todo, um órgão mesmo do organismo? Numa palavra, a divisão do trabalho, ao mesmo tempo que lei da natureza, também é uma regra moral de conduta humana... todo o mundo sente bem que ela é e se tona cada vez mais uma das bases fundamentais da ordem social [...] (DURKHEIM, 1999, p.4).

No final em *Da Divisão do Trabalho Social*, o autor completa:

[...] Por que uma atividade mais extensa, porém mais dispersa, seria superior a uma atividade mais concentrada, mais circunscrita? Por que haveria mais dignidade em sermos completos e medíocres do que em vivermos uma vida mais especial, porém mais intensa, sobretudo se nos é possível reencontrar o que assim estamos perdendo, por nossa associação com outros seres que possuem o que nos falta e que nos completam? Parte-se do princípio de que o homem deve realizar sua natureza de homem... mas essa natureza não permanece constante nos diferentes momentos da história; ela se modifica

com as sociedades. Entre os povos inferiores, o ato próprio do homem é assemelhar-se a seus companheiros, realizar em si todos os traços do tipo coletivo que é confundido, então, mas ainda que hoje, como o tipo humano. Contudo, nas sociedades mais avançadas, sua natureza é em grande parte ser um órgão da sociedade, e seu ato próprio, por conseguinte é representar seu papel de órgão. (DURKHEIM, 1999, p. 425).

Durkheim ainda sustentou que a especialização do trabalho é algo natural, um fenômeno de *biologia geral* e não está inevitavelmente inserida no mundo econômico. Segue, portanto que:

[...] a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais... não é mais apenas uma instituição social que tem sua fonte na inteligência e na vontade dos homens, mas um fenômeno de biologia geral [...] A divisão do trabalho social passa a aparecer apenas como uma forma particular desse processo geral, e as sociedades, conformando-se a essa lei, parecem ceder a uma corrente que nasceu bem antes delas e que arrasta no mesmo sentido todo o mundo vivo. (DURKHEIM, 1999, p. 3-4).

Giddens (1994, p. 307) aponta, ainda, que “Durkheim reconhecia de certo modo o caráter alienante do processo de trabalho moderno na qual o trabalhador repete os mesmos movimentos com uma regularidade monótona, e concorda em que se trata de um aviltamento da natureza humana”.

3 Da causa à solução

3.1 Durkheim e as corporações de ofício.

Em um momento posterior, no Prefácio à Segunda Edição *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim voltou atrás das considerações anteriores sobre a espontaneidade da solidariedade orgânica. Ao detectar a aceleração desenfreada da sociedade moderna, com o exarcebamento das condições de trabalho nas relações econômicas, propôs uma saída para amenizar os conflitos sociais e restabelecer a moral: as corporações de ofício.

O autor reconheceu que nas sociedades industriais a área da economia se autonomizou de tal forma que se desagregou das outras formas sociais, tais como o campo militar, administrativo, educacional e religioso. Ou seja, o mundo do trabalho mediado pelas relações econômicas secundarizou outros departamentos morais. Tornou-se protagonista. Esse protagonismo emergiu de forma desregulada, inadequada, pois não acompanhou o processo de desenvolvimento de uma consciência coletiva capaz de frear as aptidões naturais - diga-se negativas - dos indivíduos. Assim,

no prefácio “[...] as paixões humanas só se detém diante de uma força moral que elas respeitam [...]” (DURKHEIM, 2010, p. 7).

As novas condições da vida industrial - relação entre trabalhadores e patrões - requerem, naturalmente, uma nova organização. No entanto, essas transformações se consumaram com extrema rapidez, culminando em interesses conflituosos e tortuosos. O tempo de equilíbrio dessas forças não tiveram tempo para se equilibrar.

[...] O que constitui a unidade das sociedades organizadas, como de todo organismo, é o consenso espontâneo das partes, é essa solidariedade interna que não só é tão indispensável quanto a ação reguladora dos centros superiores, mas que é até condição necessária, pois nada mais fazem que traduzi-la em outra linguagem e, por assim, dizer consagra-las [...] (DURKHEIM, 1995, p. 375-376).

Anomias relativas às sociedades industriais (que seriam excepcionais, anormais, e não permanentes) devem ser resolvidos com a regulação da própria sociedade, da consciência coletiva dotada de regras e normas morais. Dentro da DTS é possível restaurar os laços de solidariedade e justiça, estado normal da própria sociedade.

A anomia é uma patologia social regida pela falta de condicionamento moral dos indivíduos. O processo natural de desenvolvimento não amadureceu no seu devido tempo. A passagem da sociedade medieval para a moderna não encontrou uma referência organizada e forte que pudesse conter os ímpetos egoístas. Quem cumpria tal papel, anteriormente, eram as corporações de ofício. Essas se limitavam, ainda, a pequenas aldeias e principados, com características muito locais, com lógica rural, mas com certo desenvolvimento urbano. Esses grupos eram regidos por um padrão que assegurava a continuidade da vida econômica, de forma não conflituosa.

As corporações antigas cumpriram por muito tempo o papel moral de balizar a coesão moral, direcionando as relações econômicas. Não se limitavam somente a coagir atores que pudessem desrespeitar os códigos éticos, mas criou de forma perene relações que extrapolavam a simples atitude racional do cálculo. Os membros dos grupos participantes das corporações sentiam-na como uma fonte de vida, envolvidos por sentimentos muito além das individualidades, próximo das relações familiares e de amizade.

Contudo, com a passagem para a modernidade, e o fim das corporações, a única instituição que surgiu como substituto das corporações foi o Estado moderno. Essa instituição apresentou-se como incompleta para cumprir um papel moral e tomar as rédeas das relações entre

as classes: encontra-se distante do seu meio. O Estado fracassou em produzir solidariedade no mundo do trabalho, como mostra a seguinte passagem:

[...] o Estado está demasiado distante dos indivíduos, mantém com eles relações demasiado externas e demasiado intermitentes para que lhe seja possível penetrar fundo nas consciências individuais e socializá-las interiormente. É por isso que, onde ele é o único meio em que os homens podem forma-se na prática da vida comum, é inevitável que estes se desprendam dele, que se separem uns dos outros e que, na mesma medida, a sociedade se desagregue [...] (DURKHEIM, 2010, p.37).

A preocupação do pensador francês foi o de restaurar a instituição que por muito tempo criou coesão moral no período anterior e renová-lo ao contexto moderno. Como deve ser constituído as corporações de ofício? Primeiro, ela precisa ser mais formal e pública do que os sindicatos (levando em consideração a época do autor). Segundo, deve se constituir como uma federação que abarque ou unifique a mesma profissão em uma nação; deve também agregar as categorias locais. As corporações de patrões e empregados devem estar organizados segundo padrões formais existentes em todo território. No prefácio,

Para que uma moral e um direito profissionais possam se estabelecer nas diferentes profissões econômicas, é necessário, pois, que a corporação, em vez de permanecer um agregado confuso e sem unidade, se torne, ou antes, volte a ser, um grupo definido, organizado, numa palavra, uma instituição pública [...] (DURKHEIM, 2010, p. 12).

As corporações precisam estar entre o Estado e sociedade, e se constituir como uma instituição moral perene, produzindo solidariedade entre os membros, evitando que as relações econômicas sejam calcadas pelo *homo economicus*. Esse tem causado anomia social no desenvolvimento da sociedade moderna.

Por fim, Giddens (1994, p.149) indica que para “Durkheim o malaise que se apoderou no mundo moderno só poderá ser aliviado através da adoção de medidas mais de ordem moral que econômica” [...] Ainda mais adiante o próprio autor reforça este conceito: “a reorganização econômica por si só não pode senão exacerbar a crise em que se debate o mundo moderno, e nunca resolvê-la, pois a crise é de ordem moral, e não econômica” (GIDDENS, 1994, p. 149).

3.2 Marx e a Revolução Proletária.

Marx é categórico ao depositar suas esperanças em uma alteração radical da divisão social do trabalho através da *práxis* revolucionária de uma classe, a dos trabalhadores. Para resolver o problema da divisão do trabalho social do capitalismo, propõe uma intervenção econômica,

política e militar radical – da classe revolucionária - centralizando a propriedade nas mãos do Estado socialista. Em seguida, seria inevitável uma etapa posterior: o comunismo, no qual a propriedade tornar-se-ia coletiva.

O intelectual alemão, no *Manifesto do Partido Comunista*, esclareceu que se hoje há liberdade na sociedade, só é livre quem está no poder dominante, a burguesia. A maior parte da sociedade sobrevive somente para sua subsistência, necessidades básicas, como comer, beber, vestir-se, restando pouco tempo para outras atividades. Enquanto continuar a exploração do homem pelo homem não haverá liberdade para todos; as desigualdades não cessarão sem a abolição da propriedade privada e, conseqüentemente, das classes sociais. “Essa subsunção dos indivíduos por determinadas classes não pode ser abolida enquanto não se tiver formado uma classe que não tenha mais que fazer prevalecer um interesse de classe particular contra a classe dominada” (MARX, 2008, p. 94).

A solução para os problemas sociais não é de ordem moral, dirá Marx, mas de uma ação centrada na alteração estrutural da atividade humana. Não é a consciência moral renovada que irá resolver os problemas do capitalismo, como propunha Durkheim. O problema da sociedade moderna é a monopolização da propriedade por uma minoria social. Esse grupo, que além de controlar os meios de produção e do trabalho, produz conceitos, regras, ideologias, formas de viver bem transpostos para toda a sociedade como uma linguagem universal. É o que sugere a passagem da *Ideologia Alemã*:

[...] todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos, não por meio da crítica (espiritual) intelectual, pela redução da “consciência de si” ou pela metamorfose em “almas do outro mundo”, em fantasmas, em obsessores etc. , mas unicamente pela derrubada efetiva das relações sociais concretos de onde surgiram essas baboseiras idealistas. A revolução, e não a crítica, é a verdadeira força motriz da história, da religião, da filosofia e qualquer outra teoria [...] (MARX; ENGELS, 2008, p. 36).

Marx percebeu que nas sociedades industriais há um grande potencial para o início da derrocada da divisão social, pois o capitalismo empreendeu uma capacidade globalizante de meios de comunicação e transporte, facilitando o contato entre pessoas de lugares distantes. Esse desenvolvimento tecnológico possibilitará aos trabalhadores unirem-se em uma *práxis* universal contra a burguesia. Será, portanto, uma luta universal, e não esporádica, casual e local.

Nas histórias das sociedades antigas, a cada luta de classe - motor da história - houve uma reorganização econômica e social, e a estrutura básica e fundamental, a propriedade fundiária, se manteve intacta. É contra essa intocável *caixa preta* da sociedade que os dominados, os trabalhadores modernos, devem agir para que a sociedade igualitária possa emergir, e a história

volte ao seu eixo. Dentre os primeiros passos a serem seguidos no estágio da *ditadura do proletariado* está a derrubada da ordem capitalista pela violência generalizada, centralizando toda a propriedade nas mãos do Estado, controlado pelos trabalhadores; abolição do direito de herança; trabalho obrigatório igual a todos; educação pública; criação de um banco nacional com capital e monopólio do Estado (MARX; ENGELS, 2006).

Após todas as medidas mencionadas no curso das mudanças, acredita-se que gradualmente, as diferenças sociais serão reduzidas, não havendo necessidade do poder político (poder organizado de uma classe sobre a outra), e, lentamente, eliminando as condições de existência que sempre criou os antagonismos de classe. É a transição para o comunismo. “Por fim, em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação, na qual, o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.” (MARX; ENGELS, 2006, p.67).

4 Considerações Finais

Do que foi exposto, podemos concluir que Marx, na busca de resgatar o homem total prevê esse retorno somente com um novo tipo de sociedade: transição do capitalismo para o socialismo, e nova mudança ao comunismo. A classe trabalhadora é a única capaz de modificar a estrutura da sociedade, alienada pela divisão social do trabalho.

Durkheim, em um primeiro momento, encarou que é a própria sociedade que inevitavelmente deverá restabelecer naturalmente a solidariedade social, resolvendo os problemas anômicos aprofundados na sociedade capitalista, pois “se, em certos casos, a solidariedade orgânica não é tudo o que deve ser, certamente, não é porque a solidariedade mecânica perdeu terreno, mas porque todas as condições de existência da primeira não estão realizadas”. (DURKHEIM, 1995, p. 381).

No entanto, em revisão posterior, o próprio francês reconheceu que é preciso intervir nas relações trabalhistas, com sério risco de a sociedade torna-se uma verdadeira anarquia social. Esta instituição são as corporações de ofício, devidamente renovada e adaptada as condições atuais. Como foi abordado no texto, o problema da sociedade moderna é de cunho moral, e não econômico. As corporações devem cumprir papel disciplinador, ser centralizada, estar entre o Estado e a sociedade, e mediar as relações entre trabalhadores e patrões.

Os autores captaram problemas sociais de sua época: o aumento da desumanização em favor do desenvolvimento da técnica, do progresso no capitalismo moderno. Perceberam a ruptura do material\tecnológico\econômico e o humano\subjetividade. Esse afastamento acabou gerando graves acirramentos patológicos, tanto para a sociedade, como para o indivíduo.

A forma de pensar de ambos se assemelharam na crítica ao nascimento do indivíduo econômico criado pelo capitalismo, visível em suas obras. Esse indivíduo preocupa-se mais com seus desejos egoístas e ignora qualquer tipo de coletividade, comunidade. Porém, Marx enxerga os trabalhadores como parciais, incompletos; enquanto que Durkheim vê como positivo os indivíduos na sociedade orgânica, pois tendem a desenvolver capacidades latentes reprimidas nas sociedades mecânicas (com pouca diferenciação social e criatividade). Ou seja, é na sociedade moderna que ocorre o desenvolvimento das capacidades latentes dos indivíduos.

Um último ponto, em uma análise mais refinada, Durkheim enxerga o *status quo* da sociedade como salutar, de acordo com o desenvolvimento das relações sociais, e a anomia, principalmente relacionado nas relações trabalhistas, como algo a ser extirpado, evitando que o corpo social seja contaminado. Marx, ao contrário, mostra que devemos ser críticos ao que parece normal, natural na vida social. É justamente na normalidade que está a patologia da sociedade, pois a apatia leva a não crítica, e o antídoto passa por uma transformação radical – realizada por homens que fazem história - nas relações econômicas e sociais.

Referências

ANDERY, Maria Amália P. Abib; SÉRIO, Tereza M. A. A Prática, a História e construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1883). In: ANDERY, Maria et al (Org.). *Para compreender a ciência – uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 14. ed. p. 395-425.

ARON. R. *As Etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 297-373.

DRUCK, Graça. Algumas Considerações Teóricas sobre o Trabalho na Sociedade Capitalista. In: *DSS e Economia Solidária*. Recife, Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste, 2000, p. 11-23.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença, 4.ed.1994.

GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho*. In: _____. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 9-18.

LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro - São Paulo: LTC, 1977. p. 15- 46.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos Terceiro Manuscrito*. Coleção Os Pensadores. Tradução de José Carlos Bruni. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978. p. 3 - 48.

MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. *A Ideologia Alemã*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Livro 1, v.1. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Recebido em: 21 de Julho de 2016

Aceito em: 22 de agosto de 2016